



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

PARA ONDE VAI O SEU DINHEIRO

ANO DE 2023



PARA ONDE VAI O SEU DINHEIRO

ANO DE 2023

Este material foi desenvolvido na disciplina de Contabilidade Pública II do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof.a Dra. Fabricia Silva da Rosa. Material Adaptado da Versão simplificada do parecer prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina - Contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2023. Edição 2024. Colorido. Edição Digital. PDF. Páginas: 53p.

ALUNAS

Elisa Campos
Luma Colpes

SUMÁRIO

1 INDICADORES
SOCIAIS E
ECONÔMICOS

2 PLANEJAMENTO E
EXECUÇÃO
ORÇAMENTARIA

3 GESTÃO FISCAL

4 MEIO AMBIENTE

5 EDUCAÇÃO

6 SAÚDE

7 SEGURANÇA
PÚBLICA

8 CONSIDERAÇÕES
FINAIS

9 FINAL
CONSIDERATIONS

PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO
ANO DE 2023

CAPÍTULO 1

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS

Rio Grande do Sul ocupa a quinta posição geral no **Ranking de Competitividade** entre as unidades federativa, liderando nos temas eficiência da máquina pública e inovação. Em 2023 o Estado registrou a sexta menor taxa de desemprego e a quarta maior média salarial do país.



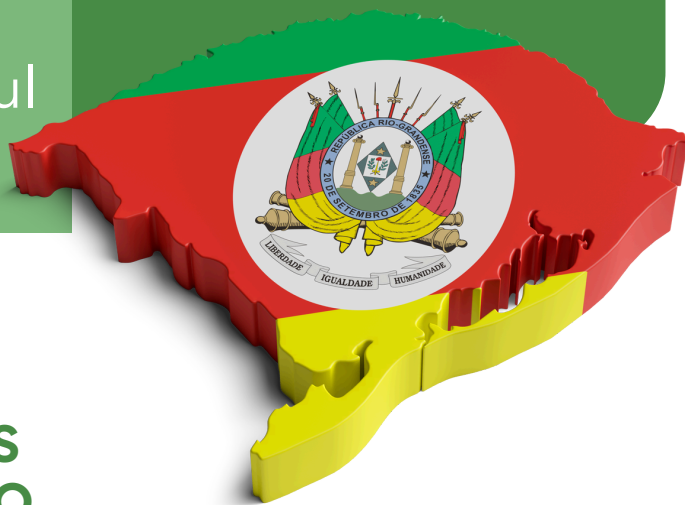
RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

- 1° São Paulo
- 2° Santa Catarina
- 3° Paraná
- 4° Distrito Federal
- 5° Rio Grande do Sul**
- 6° Minas Gerais
- 7° Goiás
- 8° Mato Grosso
- 9° Mato Grosso do Sul
- 10° Espírito Santo

Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados

AVALIAÇÃO POR PILAR TEMÁTICO

- 1° Eficiência da Máquina Pública e Inovação
- 3° Segurança Pública
- 4° Sustentabilidade Social
- 5° Capital Humano
- 6° Educação



PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul



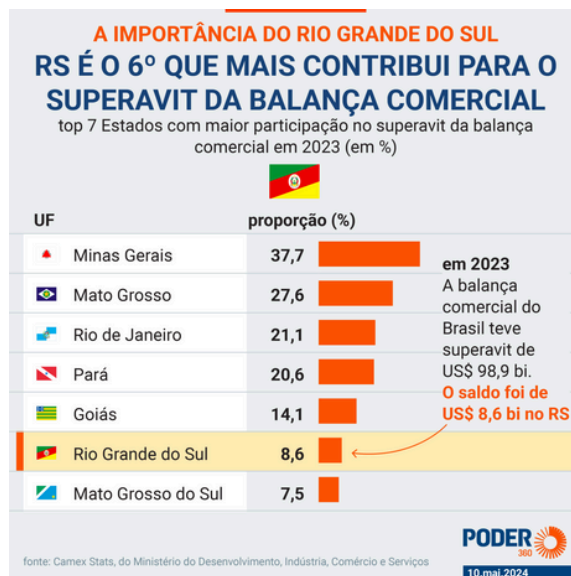
Economia diversificada

O Rio Grande do Sul tem área de 281.707,151 km², um pouco mais de 3% do território nacional. Sexto Estado mais populoso do Brasil, tinha 10.882.965 milhões de habitantes em 2022, o equivalente a 6% da população brasileira, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado é formado por 497 municípios. Em número de habitantes, os oito maiores são Porto Alegre (1,3 milhão), Caxias do Sul (463,3 mil), Canoas (347,6 mil), Pelotas (325,6 mil), Santa Maria (271,6 mil), Gravataí (265 mil), Novo Hamburgo (227,7 mil) e Viamão (224,1 mil).

A economia gaúcha é bastante diversificada, com destaque para agropecuária, indústria e serviços. Rio Grande do Sul tem o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) do país: R\$ 581,2 bilhões em 2021. O Balanço Geral do Estado (BGE) estima que, em 2023, o PIB gaúcho cresceu 1,7% em relação ao ano anterior, atingindo o valor de R\$640,2 bilhões, o que representa 5,90% do PIB nacional.

Em 2023, o Estado **exportou US\$ 22,3 bilhões**, que correspondem a 6,6% das exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo RS em 2023 foram: soja em grão, fumo não manufaturado, farelo de soja, carne de frango, cereais, celulose, carne suína, partes e acessórios dos veículos automotivos, calçados e polímeros de etileno, em formas primárias. No ano, o saldo da balança comercial, isto é, a diferença entre exportações e importações, registrou um **superavit de US\$ 8,3 bilhões**. Quer dizer que o Estado vendeu mais do que comprou.



Competitividade e baixo desemprego

Em 2023, Rio Grande do Sul obteve a quinta colocação no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Na avaliação por pilar temático, ocupa o primeiro lugar em eficiência da máquina pública e inovação; o terceiro em segurança pública; o quarto em sustentabilidade social; o quinto em capital humano; e o sexto em educação.

Rio Grande do Sul tem a sexta taxa de desemprego do país: 5,2% no último trimestre de 2023, conforme o IBGE. Essa taxa é alta em relação ao quarto trimestre de 2022, quando chegou a 4,6%, e uma queda em comparação ao mesmo período de 2021 (7,5%). É também inferior à da Região Sul (4,5%) e à da média brasileira (7,4%). O setor de serviços é o que mais emprega trabalhadores formais no Rio Grande do Sul, eram 1,19 milhões em março, ou 42,2% do total.

O Estado tem o quarto maior salário médio real do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. A taxa de participação de pessoas com 14 anos ou mais na força de trabalho no quarto trimestre de 2023 foi de 64,8%, menor que a média da Região Sul (66,1%) e maior que a nacional (62,2%).



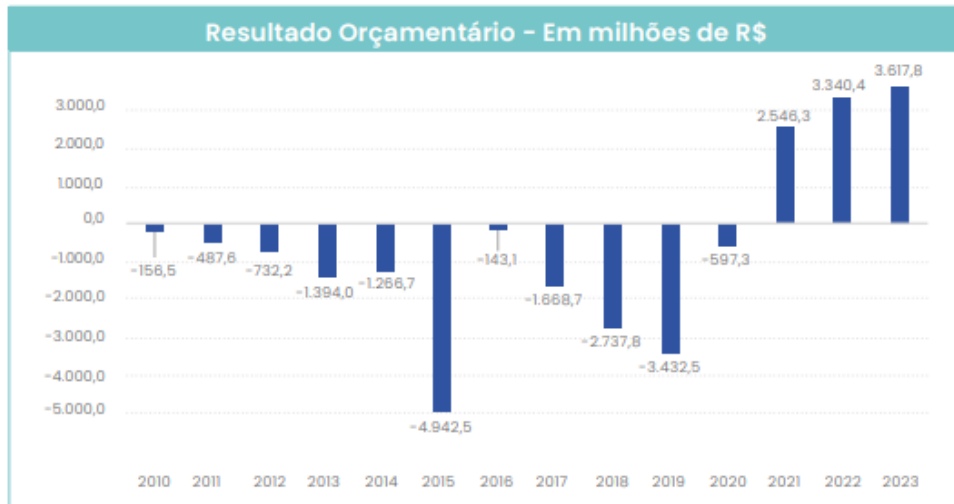
**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Fazer uma gestão fiscal responsável depende de planejamento, transparência e equilíbrio. Por isso, as leis orçamentárias – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – são vitais para o controle das finanças públicas. O bom planejamento dá uma visão clara sobre as fontes de dinheiro e as prioridades.



Plano Plurianual

Estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos em um período de quatro anos pela administração pública.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Estabelece as metas e prioridades para o período de um ano da administração pública, em conformidade com o Plano Plurianual.

Lei Orçamentária Anual

Indica as receitas e despesas que serão executadas no período de um ano, em conformidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Plano Plurianual 2020/2023 previu R\$ 273,3 bilhões para o orçamento fiscal, que se refere ao orçamento dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e também da seguridade social. Nesses quatro anos, o total de despesas realizadas – ou seja, o dinheiro que o governo gastou de fato – foi de R\$ 283,6 bilhões, R\$ 10,3 bilhões mais que o planejado.

Em 2023, vários programas temáticos obtiveram destaque, como saúde, inovação, turismo, meio ambiente, educação, esporte e lazer, cultura, agricultura e segurança.

Em fevereiro de 2022, foram assinados os contratos 261/2022 e 262/2022, e o Estado concluiu o Plano de Recuperação Fiscal em maio de 2022, cuja homologação ocorreu a partir da publicação da Lei Complementar Estadual 15.835/2022, que alterou a Lei Complementar Estadual 15.756/ 2021 (Teto de Gastos), com vigência de 1º de julho de 2022 até 31 de dezembro de 2030.

Renúncia de receita

Renúncia de receita é um tratamento diferenciado do ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a promoção do desenvolvimento regional ou o estímulo de algumas atividades econômicas. Ela ocorre por concessão, prorrogação ou ampliação de benefícios tributários, financeiros e outros.

Em 2023, montante de renúncias ultrapassou R\$ 17 bilhões. Nesse montante, estão incluídas as renúncias de ICMS, IPVA e ITCD - que o governo do Estado tem influência legislativa. Não estão incluídas as perdas do ICMS com exportação de produtos industrializados e nem as perdas derivadas da Lei Kandir.

Esses R\$ 17,2 bilhões, equivale a 25,2% do que poderia ter sido arrecadado, mais que o apurado em 2022,



Receita orçamentária

A Lei Orçamentária Anual estimou uma receita de R\$ 70,33 bilhões para o exercício financeiro de 2023 e a realizada fechou em R\$ 81,97 bilhões. No ano, a receita líquida do Estado, isto é, o valor em caixa depois das deduções legais para executar as ações previstas no orçamento atingiu R\$ 56,64 bilhões ao final do exercício, um aumento de 11,86% (R\$ 6,01 bilhões) em comparação a 2022.

As arrecadações das receitas intraorçamentárias correntes também superaram as previsões. Já as receitas correntes somaram R\$ 77,6 bilhões e as receitas de capital R\$ 4,3 bilhões.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas	Saldo
	Inicial	Atualizada	Realizadas	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	69.964,5	69.964,5	77.645,3	7.680,8
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.275,0	34.275,0	36.451,8	2.176,7
Contribuições	12.723,9	12.723,9	12.332,5	-391,4
Receita Patrimonial	1.295,9	1.295,9	4.118,5	2.822,6
Receita Agropecuária	36,0	36,0	0,4	-35,7
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	522,6	522,6	569,6	47,0
Transferências Correntes	10.773,8	10.773,8	12.851,0	2.077,2
Outras Receitas Correntes	10.337,2	10.337,2	11.321,6	984,3
Receitas de Capital (II)	364,2	364,2	4.325,0	3.960,8
Operações de Crédito	101,9	101,9	78,7	-23,3
Alienação de Bens	5,6	5,6	4.008,9	4.003,3
Amortização de Empréstimos	9,1	9,1	20,7	11,6
Transferências de Capital	247,5	247,5	186,7	-60,8
Outras Receitas de Capital	-	-	30,0	30,0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	70.328,7	70.328,7	81.970,3	11.641,6

Despesa orçamentária

A Lei Orçamentária Anual estimou uma despesa de R\$ 74 bilhões para o exercício financeiro de 2023 e a executada fechou em R\$ 78,3 bilhões. As despesas correntes somaram R\$ 72,4 bilhões e as despesas de capital R\$ 5,9 bilhões.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesa Corrente (IX)	69.623,1	76.211,6	72.418,9	70.488,2	69.640,1	3.792,7
Pessoal e Encargos Sociais	52.362,6	55.444,3	53.159,5	52.783,3	52.494,1	2.284,8
Juros e Encargos da Dívida	1.535,2	1.501,3	1.472,0	1.472,0	1.433,0	29,3
Outras Despesas Correntes	15.725,3	19.265,9	17.787,3	16.233,0	15.713,0	1.478,6
Despesa de Capital (X)	2.448,5	6.937,5	5.933,7	4.283,9	4.153,1	1.003,9
Investimentos	1.706,1	3.932,2	2.975,2	1.326,2	1.197,9	957,1
Inversões Financeiras	46,4	2.329,0	2.294,4	2.293,5	2.291,1	34,6
Amortização da Dívida	696,0	676,3	664,1	664,1	664,1	12,2
Reserva de Contigência (XI)	1.512,4	0,4	-	-	-	0,4
Reserva do RPPS (XII)	500,2	496,0	-	-	-	496,0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	74.084,2	83.645,5	78.352,5	74.772,1	73.793,2	5.292,9

Por categoria econômica, o gasto com pessoal e encargos sociais teve o maior impacto: R\$ 53,1 bilhões, o equivalente a 73,40% do total das despesas correntes. Os juros e encargos da dívida somaram R\$ 1,4 bilhão, ou 2,03% do total das despesas correntes.

Destaca-se que, do total de R\$ 78,35 bilhões empenhados no exercício, R\$ 17,17 bilhões são classificados como despesas intraorçamentárias, referindo-se, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde e à contribuição patronal ao RPPS (Regime de Repartição Simples e Fundoprev), bem como à complementação financeira ao Regime de Repartição Simples.

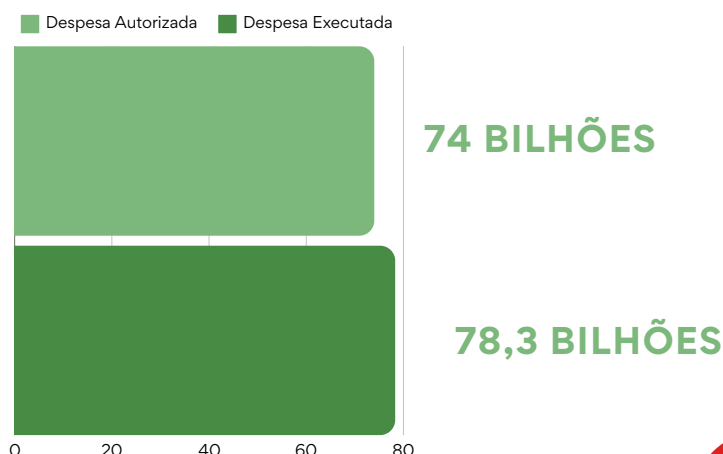
Em se tratando das despesas de capital (R\$ 5,9 bilhões), em 2023 houve um aumento em relação ao exercício anterior (R\$ 4,1 bilhões).

COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR PODER E ORGÃOS CONSTITUCIONAIS

Poderes / Órgãos	Participação do poder/órgão na dotação alterada da despesa primária em 2023	Empenho de despesa primária em 2023
Poder Executivo	87,2%	49.885.112
Poder Judiciário	7,4%	4.569.054
Poder Legislativo	2,5%	1.440.745
Assembleia Legislativa	1,3%	747.097
Tribunal de contas	1,1%	693.649
Ministério Público	2,1%	1.068.353
Defensoria Pública	0,8%	581.037
Total exceto intraorçamentária e distribuição de receitas aos municípios	100,0%	57.544.301

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS

DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA - 2013



ENTENDA OS TERMOS

- **Despesas correntes** são aquelas destinadas ao funcionamento do serviço público. Por exemplo, salários, energia elétrica e programas sociais. Elas também incluem o pagamento de juros e encargos que incidem sobre a dívida pública.

- **Despesas de capital** são as que contribuem para a formação do patrimônio, como investimentos em obras, ampliações, máquinas e equipamentos, ou para a diminuição da dívida. Elas geram benefícios duradouros para a administração pública.

- **Despesas correntes intraorçamentárias** se referem ao custeio das atividades rotineiras entre órgãos públicos, sem resultar na criação de novos ativos. Incluem pagamentos por serviços, reembolsos de custos operacionais e manutenção de bens já existentes.

- **Despesas de capital intraorçamentárias** envolvem investimentos entre órgãos públicos que resultam na criação, aquisição ou melhoria de bens de capital, como infraestrutura, equipamentos e amortização de dívidas.

Reserva de Contingência

é um valor não destinado especificamente a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.

**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 3

GESTÃO FISCAL



Despesa com pessoal

Em 2023, a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 36,001 bilhões, que representou um crescimento nominal de 8,8% em relação a 2022. Em termos reais, houve acréscimo de 4%, o maior aumento desde 2014. Todos os Poderes e órgãos constitucionais cumpriram seus limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse valor corresponde a 53,23% da Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada e está adequado ao limite legal de 60%.

Receita Corrente Líquida Ajustada representa a RCL menos as transferências obrigatórias da União referentes às emendas individuais dos parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária.

Já a Receita Corrente Líquida é a soma de todas as receitas correntes, descontadas as transferências constitucionais aos municípios, a contribuição dos servidores para a previdência e assistência social e as relativas à compensação financeira previdenciária (quando o Estado paga a aposentadoria e é compensado por outro regime de previdência, para o qual o servidor já contribuiu).

Na distribuição por lotação, o Poder Executivo representou 71,7% da folha de pagamentos, 16,9% se referiam aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e, por fim, 11,4% às pensões previdenciárias.

A Folha de Pessoal da Administração Direta, considerando todos os Poderes e Órgãos Autônomos, totalizou R\$ 31,056 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 6,0% e real de 1,36% sobre 2022; e decorreu, principalmente, do aumento do Piso Nacional do Magistério (R\$ 488,23 milhões), de nomeações e contratações (R\$ 298,8 milhões).

Em termos fiscais, no 3º quadrimestre de 2023, o comprometimento da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida foi inferior ao limite prudencial de 46,55%, estabelecido na LRF, resultando em 45,03%. No consolidado do estado, o índice atingiu 53,22%, abaixo do limite prudencial de 57%;

O déficit previdenciário do Plano Financeiro apresentou crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 9,7 bilhões (17,2% da RCL de 2023). Em valores reais, atualizados pelo IPCA, o valor do déficit de 2023 ficou levemente abaixo do déficit corrigido de 2022 e equivale ao verificado em 2011;

A **despesa líquida com pessoal** é calculada como a diferença entre a despesa bruta com ativos, inativos e pensionistas, e algumas despesas não computadas. São excluídas do cálculo algumas rubricas, como indenização por demissão de servidores ou empregados, incentivos à demissão voluntária ou despesas decorrentes de decisão judicial.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL DOS PODERES E ORGÃOS - 2023

Poder/Órgão Autônomo	2023		2022		Lim. Prud	Lim. Máx
	Desp Pessoal	% da RCL	Desp Pessoal	% da RCL		
Executivo	25.438,4	45,03%	24.174,2	47,88%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	2.653,4	4,70%	2.371,7	4,70%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	31,1	0,06%	29,2	0,06%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	497,0	0,88%	455,9	0,90%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	489,3	0,87%	446,2	0,88%	1,12%	1,18%
Ministério Público	960,2	1,70%	888,3	1,76%	1,90%	2,00%
Consolidado	30.069,4	53,23%	28.365,5	56,18%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida Ajustada	56.486,5		50.491,7			

Avaliação de metas fiscais

Em 2023, o Rio Grande do Sul registrou um superávit orçamentário de R\$ 3,6 bilhões – o terceiro ano consecutivo com fechamento das contas no azul. O resultado primário, que exclui as despesas com juros da dívida, foi de R\$ 2,4 bilhões, valor que atende às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cuja avaliação é realizada pelo Tesouro Nacional.

Os resultados positivos se devem ao esforço do governo na modernização de processos de arrecadação e na permanente avaliação da qualidade do gasto. Em 2023, o superávit também é explicado pelo ingresso de receitas extraordinárias oriundo da privatização da Corsan e da compensação parcial das perdas provocadas pela Lei Complementar (LC) 194/2022.

Riscos fiscais e passivos contingentes

RISCOS FISCAIS SÃO SITUAÇÕES QUE PODEM CAUSAR PROBLEMAS NAS CONTAS PÚBLICAS, OU SEJA, SÃO TODOS OS ATOS OU FATOS QUE PODEM LEVAR O ADMINISTRADOR PÚBLICO A TER UM DESEMBOLSO INESPERADO. PASSIVOS CONTINGENTES SÃO DÍVIDAS OU OBRIGAÇÕES QUE O GOVERNO PODE TER QUE PAGAR NO FUTURO, COMO, POR EXEMPLO, UMA AÇÃO JUDICIAL PERDIDA.

DESTACA-SE O RELACIONADO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS EM QUE O ESTADO FIGURA COMO POLO PASSIVO, PRINCIPALMENTE AQUELA QUE TRATA DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO, CUJO IMPACTO ESTIMADO NA LDO É DE R\$ 36,76 BILHÕES. A PRINCIPAL PROVIDÊNCIA RELACIONADA A ESSE RISCO DESTACADA NA LDO FOI A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO, MEDIANTE A LEI ESTADUAL 15.451/2020, PARA IMPLEMENTAR A REMUNERAÇÃO POR MEIO DE SUBSÍDIO. O ESTADO TAMBÉM EVIDENCIA ESSE CONJUNTO DE AÇÕES COMO PASSIVOS CONTINGENTES, NO VALOR DE R\$ 44,10 BILHÕES AO FINAL DE 2023.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

NO EXERCÍCIO DE 2023, FORAM PAGOS R\$ 2,73 BILHÕES DE RESTOS A PAGAR, SENDO A MAIOR PARTE RELACIONADA A INVESTIMENTOS (R\$ 994,2 MILHÕES), OUTRAS DESPESAS CORRENTES (R\$ 918,8 MILHÕES) E PESSOAL (R\$ 784,4 MILHÕES). SOMANDO-SE OS R\$ 4,56 BILHÕES INSCRITOS EM 2023 COM OS R\$ 963,7 MILHÕES REMANESCENTES DE 2022, O ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR ATINGIU, AO FINAL DO EXERCÍCIO, O MONTANTE DE R\$ 5,52 BILHÕES

O PODER EXECUTIVO FECHOU 2023 COM R\$ 836,4 MILHÕES NEGATIVOS DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA DE RECURSOS NÃO VINCULADOS. ISSO É REFLEXO DA DIFICULDADE FINANCEIRA ENFRENTADA PELO ESTADO AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS.

Nota Fiscal Gaúcha

EM 2023 FORAM REPASSADOS R\$ 21 MILHÕES A MAIS DE 3 MIL ENTIDADES SOCIAIS CADASTRADAS NO NOTA FISCAL GAÚCHA (NFG). OS REPASSES SÃO FEITOS PELAS SECRETARIAS (DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE OU MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA)

EDUCAÇÃO

1.659 INSTITUIÇÕES
R\$ 6 MILHÕES

ASSISTÊNCIA SOCIAL

971 INSTITUIÇÕES
R\$ 6,6 MILHÕES

SAÚDE

393 INSTITUIÇÕES
R\$ 6 MILHÕES

DEFESA E PROTEÇÃO DE ANIMAIS

118 INSTITUIÇÕES
R\$ 2,4 MILHÕES

Fonte: Governo do Estado RS



**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 4

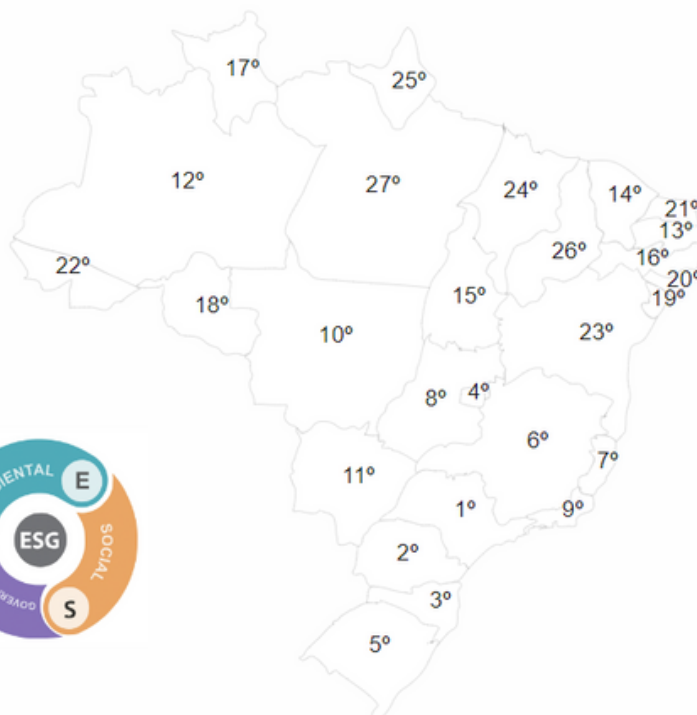
MEIO AMBIENTE



Em 2023, o Estado executou despesas relativas a DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO no valor de R\$ 67.518,3 milhões. Desse montante, R\$ 181,7 milhões foram na rubrica gestão ambiental.

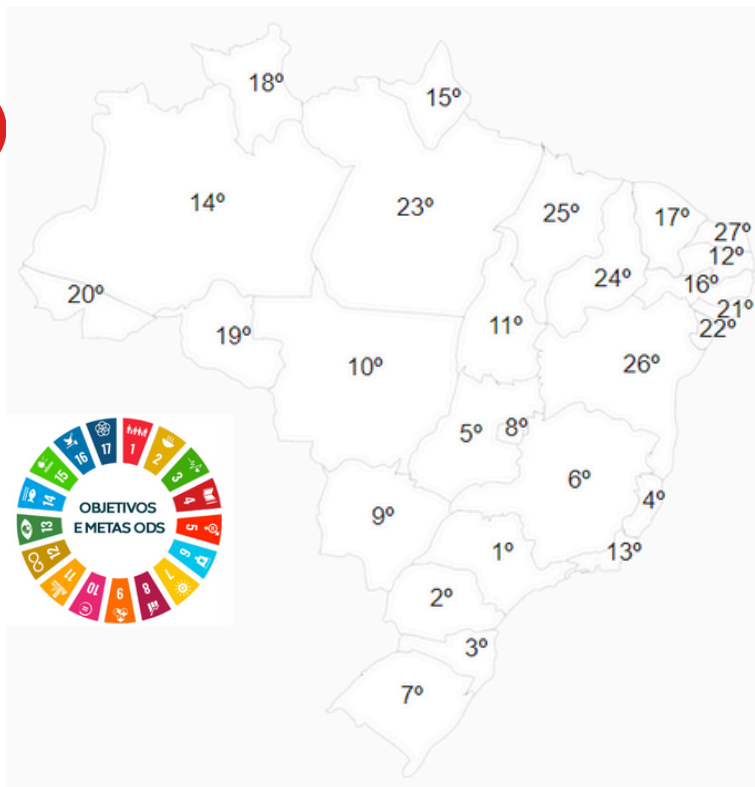
CAMADA ESG

O ESTADO ESTÁ EM 5º LUGAR EM PERFORMANCE ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) EM RELAÇÃO À OUTROS ESTADOS



CAMADA ODS

O ESTADO ESTÁ EM 7º LUGAR EM ALINHAMENTO ESTRATÉGICO AOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM RELAÇÃO À OUTROS ESTADOS

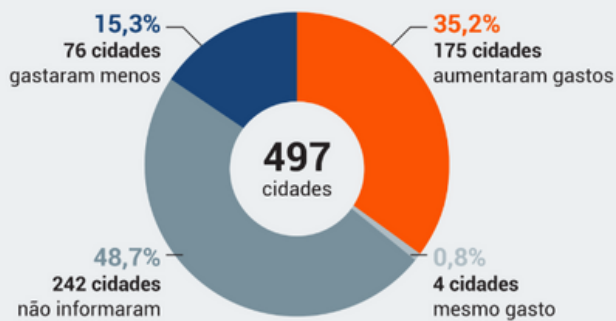


Defesa Civil

O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL DIMINUIU EM 8% OS GASTOS COM DEFESA CIVIL EM 2023 NA COMPARAÇÃO COM 2022. OS GASTOS TOTAIS DOS GOVERNOS DO ESTADO E DAS CIDADES COM DEFESA CIVIL EM 2023 FORAM DE R\$ 598 MILHÕES. FICARAM 0,6% ACIMA DE 2022.

GASTO COM DEFESA CIVIL CRESCERAM EM 35% DAS CIDADES GAÚCHAS

variação de verbas empenhadas em 2023 em comparação com as de 2022, segundo o governo federal



fonte: Sicofi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), do Tesouro Nacional



7.mai.2024

GOVERNO DO RS E CAPITAL GASTARAM MENOS COM DEFESA CIVIL

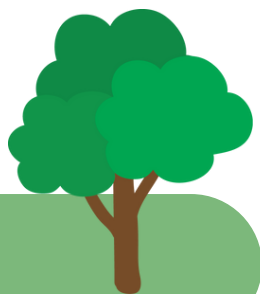
recursos empenhados em 2023 e variação ante 2022

cidades mais populosas	gastos em 2023 (em R\$ mil)	var. % ante 2022
Porto Alegre	4.457,6	-68,4
Caxias do Sul	2,3	*
Canoas	27.505,3	33,4
Pelotas	702,2	-51,8
Santa Maria	1.841,0	54,1
Gravataí	459,3	20,6
Viamão	423,5	90,1
Novo Hamburgo	30,2	-91,0
São Leopoldo	88,4	-54,9
Passo Fundo	59,6	157,3
gov. do Estado	454.781,1	-7,9

Repasse de R\$ 192 milhões pela venda de ações da Corsan

Projetos Ambientais

R\$ 8,7 MILHÕES - 75% A MAIS DO QUE EM 2022



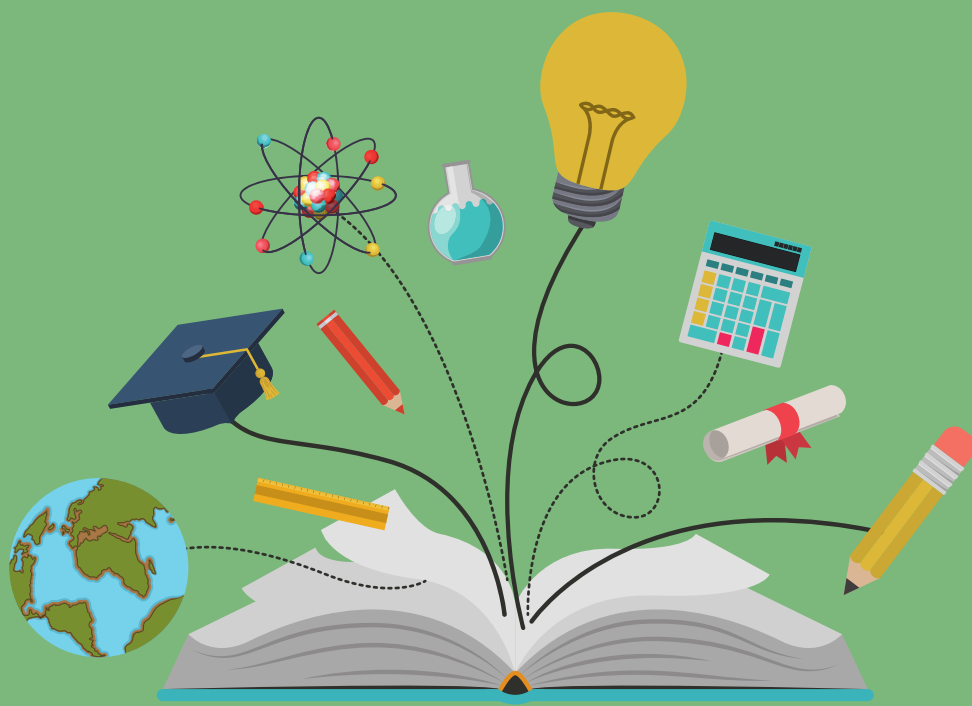
Repasse aos municípios

Aceguá	R\$ 186.803,01	Estrela	R\$ 1.785.698,36	Redentora	R\$ 186.803,01
Alegrete	R\$ 4.207.910,67	General Câmara	R\$ 309.704,23	Rio Grande	R\$ 13.602.632,47
Alvorada	R\$ 11.076.284,90	Glorinha	R\$ 351.308,26	Rolante	R\$ 709.390,18
Arroio do Sal	R\$ 1.193.773,34	Gravataí	R\$ 14.045.793,77	Santa Maria	R\$ 20.134.372,53
Áurea	R\$ 186.803,01	Imbé	R\$ 3.410.970,17	St. Maria do Herval	R\$ 186.803,01
Balneário Pinhal	R\$ 1.047.862,73	Inhacorá	R\$ 186.803,01	Santa Rosa	R\$ 5.536.814,73
Barão do Triunfo	R\$ 186.803,01	Itapuca	R\$ 186.803,01	São Borja	R\$ 3.144.952,15
Barracão	R\$ 186.803,01	Mariano Moro	R\$ 186.803,01	São Jerônimo	R\$ 1.192.824,50
Bento Gonçalves	R\$ 8.127.993,16	Mata	R\$ 186.803,01	São José do Norte	R\$ 725.434,81
Bom Retiro do Sul	R\$ 614.486,35	Montenegro	R\$ 4.117.447,94	Sapiranga	R\$ 3.068.326,68
Cachoeirinha	R\$ 9.702.271,37	Morro Reuter	R\$ 236.801,64	Tavares	R\$ 186.803,01
Canoas	R\$ 25.768.667,46	Mostardas	R\$ 186.803,01	Tenente Portela	R\$ 615.520,85
Cruz Alta	R\$ 3.949.773,30	Nova Hartz	R\$ 186.803,01	Tramandai	R\$ 5.013.555,46
Dom Pedrito	R\$ 2.211.418,13	Osório	R\$ 2.623.102,96	Triunfo	R\$ 896.219,54
Eldorado do Sul	R\$ 2.018.269,75	Panambi	R\$ 2.629.652,60	Vacaria	R\$ 3.646.862,50
Encruzilhada do Sul	R\$ 1.012.538,18	Passo Fundo	R\$ 15.281.164,55	Viamão	R\$ 11.036.150,26
Esteio	R\$ 5.082.366,18	Pejuçara	R\$ 186.803,01		

**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

AO FINAL DE 2023, AS DESPESAS COM MDE COMPUTADAS PARA O MÍNIMO CONSTITUCIONAL REPRESENTARAM 28,65% DA RLIT, R\$ 1,31 BILHÃO ACIMA DE 2022. JÁ OS VALORES APLICADOS NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REPRESENTARAM 91,98% DO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB, R\$ 294,5 MILHÕES A MAIS QUE O APLICADO EM 2022.

- O TOTAL DA DESPESA COM MDE CONSIDERADA PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO DE 25%
- O TOTAL DOS VALORES DO FUNDEB GASTOS COM REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (MÍNIMO DE 70%) NOS DOIS EXERCÍCIOS.

Em milhões de R\$

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE	2023
Despesas custeadas com recursos de impostos (I)	4.624,4
Educação Infantil	6,5
Ensino Fundamental	2.069,3
Ensino Médio	1.486,6
Ensino Superior	128,0
Ensino Profissional	227,8
Educação de Jovens e Adultos	197,5
Educação Especial	6,5
Administração Geral	502,1
Total das Receitas transferidas ao Fundeb (II)	8.585,3
(-) Receitas do Fundeb não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (III)	-
Valor aplicado até o primeiro quadrimestre que integrará o limite constitucional (IV)	142,1
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (V)	6,4
(-) Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos vinculados à Educação (VI)	0,2
Total das despesas para fins de limite (VII) = (I + II - III + IV - V - VI)	13.345,3
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT (VIII)	46.566,6
% da RLIT (IX) = (VII / VIII)	28,65%

**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 6

SAÚDE



Despesas com Saúde



Em milhões de R\$

CONFORME A EMENDA
CONSTITUCIONAL 29/2000 O
GASTO MÍNIMO É DE 12% DA RLIT

EM 2023 FOI APLICADO 12,17% ,
POUCO AUMENTO EM
COMPARAÇÃO COM 2022 (12,15%)

A VARIÇÃO DO TOTAL DA
DESPESA, QUE AUMENTOU R\$ 424,4
MILHÕES, DEVE-SE
PRINCIPALMENTE AO AUMENTO
DOS GASTOS NA SUBFUNÇÃO
SUPPORTO PROFILÁTICO E
TERAPÊUTICO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR SUBFUNÇÃO (ASPS)	2023	2022	Var.	
			Absoluta	Varição %
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.941,7	2.004,7	-63,0	-3,14%
Suporte Profilático e Terapêutico	1.342,6	851,2	491,5	57,74%
Atenção Básica	539,7	439,8	99,9	22,72%
Vigilância Epidemiológica	5,5	2,4	3,1	131,75%
Vigilância Sanitária	0,9	1,6	-0,7	-41,20%
Outras Subfunções	1.839,7	1.946,1	-106,4	-5,47%
Despesas Totais com ASPS (I)	5.670,2	5.245,7	424,4	8,09%
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT (II)	46.566,6	43.141,7	3.424,9	7,94%
% da RLIT (III) = (I / II)	12,17%	12,15%		

Avançar na Saúde

FORAM INVESTIDOS R\$ 56,5 MILHÕES PARA A QUALIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E COMPRA DE EQUIPAMENTOS. ENTRE OS DESTAQUES DO ANO, ESTÃO O ACRÉSCIMO DE 30 LEITOS DE UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO (UTI) ADULTO; DEZ LEITOS DE UTI NEONATAL, SEIS LEITOS DE UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS (UCI) NEONATAL, OITO LEITOS DE UCI CANGURU, UM LEITO DE UTI PEDIÁTRICA, ALÉM DE 62 LEITOS DE INTERNAÇÃO ADULTA, TODOS EM FUNCIONAMENTO.

Programa Assistir

FORAM INVESTIDOS R\$ 20,1 MILHÕES POR MEIO DO PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVOS HOSPITALARES - ASSISTIR. O PROGRAMA PASSOU A ABRANGER 320 AMBULATÓRIOS DE ESPECIALIDADES, COM A ADEÇÃO DE MAIS 24 UNIDADES. FORAM REALIZADAS MAIS DE 1,1 MILHÃO DE CONSULTAS E 110 MIL CIRURGIAS. O ASSISTIR TEM COMO OBJETIVO QUALIFICAR E AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS DE SAÚDE.



**PARA ONDE
VAI O SEU DINHEIRO**
ANO DE 2023

CAPÍTULO 7

SEGURANÇA PÚBLICA



Despesas com Segurança

Em milhões de R\$

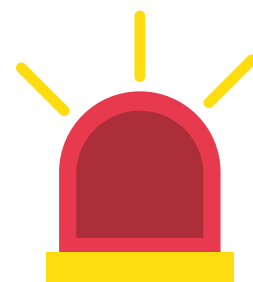
DESPESA COM SEGURANÇA	2023	2022	Var. Absoluta	Variação %
Pessoal e Encargos Sociais	11.062,7	10.682,6	380,1	3,56%
Outras Despesas Correntes	1.077,6	848,9	228,6	26,93%
Investimentos	418,6	911,8	-493,2	-54,09%
Despesas Totais com Segurança (I)	12.558,8	12.443,3	115,5	0,93%
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT (II)	46.566,6	43.141,7	3.424,9	7,94%
% da RLIT (III) = (I / II)	26,97%	28,84%		

OS GASTOS COM A SEGURANÇA PÚBLICA NO EXERCÍCIO SUPERARAM EM R\$ 115,5 MILHÕES OS DE 2022, MAS PERCENTUALMENTE, POR CONTA DO AUMENTO DA RLIT, CAÍRAM DE 28,84% PARA 26,97%.

NÃO TEM UM PERCENTUAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO DEFINIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NEM PELA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARA FINS COMPARATIVOS, OPTOU-SE POR APRESENTAR O COMPROMETIMENTO DA RLIT COM DESPESAS DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Avançar na Segurança

O GOVERNO ESTADUAL EMPENHOU R\$ 32 MILHÕES EM INVESTIMENTOS EM 2023 COMO PARTE DO AVANÇAR NA SEGURANÇA. ENTRE AS PRINCIPAIS AÇÕES ESTIVERAM MELHORIAS NAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO E DESPACHO, NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, NAS CONSTRUÇÕES DE BATALHÕES E DELEGACIAS.



RS Seguro

O ESTADO INVESTIU, EM 2023, MAIS DE R\$ 21 MILHÕES NA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL. A INICIATIVA ESTÁ ALINHADA AO EIXO 4 DO RS SEGURO – QUE, DENTRE AS METAS ESTABELECIDAS, VISA PROMOVER A QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DO SISTEMA PENAL COMO UM MEIO PARA REDUZIR A CRIMINALIDADE. OS RECURSOS FORAM DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E DE TECNOLOGIA, QUE APRIMORARAM A ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS.



CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2023 o Estado do Rio Grande do Sul cumpriu todos os requisitos constitucionais e legais, com destaque para a aplicação mínima de recursos em saúde e educação, e para os limites de gastos com pessoal e endividamento público.

Foram feitas algumas recomendações gerais para o fortalecimento de suas políticas públicas em contas públicas, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e inovação.



RESULTADOS ALCANÇADOS



Receita total

Meta*

R\$ 70,33 Bilhões

Verificado*

R\$ 81,97 Bilhões



Despesa total

Meta*

R\$ 74 Bilhões

Verificado*

R\$ 78,3 Bilhões

Recomendações

Contas Públicas

- **Transparência e Controle:** Estabelecer portais de transparência de fácil acesso e entendimento, permitindo que a população acompanhe em tempo real os gastos públicos.
- **Responsabilidade Fiscal:** Aplicar uma política de responsabilidade fiscal rigorosa para equilibrar receitas e despesas, evitando o aumento de dívidas.
- **Combate à Corrupção:** Implementar programas e sistemas de monitoramento para prevenir, identificar e punir práticas de corrupção.
- **Gestão Eficiente:** Revisar e ajustar as despesas, priorizando investimentos em áreas de maior impacto social e econômico.

Saúde

- **Acesso e Qualidade:** Expandir a cobertura de saúde básica, especialmente em áreas remotas e vulneráveis, investindo em infraestrutura e capacitação de profissionais.
- **Tecnologia em Saúde:** Utilizar tecnologias para telemedicina e para o gerenciamento de dados de saúde, reduzindo custos e ampliando o atendimento.
- **Prevenção e Promoção da Saúde:** Investir em campanhas de prevenção e programas de promoção de saúde, como vacinação, combate ao tabagismo, alimentação saudável e práticas de exercícios.
- **Saúde Mental:** Ampliar o acesso a cuidados de saúde mental com programas especializados em prevenção e tratamento, inclusive em escolas e comunidades.

Educação

- **Investimento em Infraestrutura:** Garantir que as escolas tenham infraestrutura de qualidade, com bibliotecas, laboratórios e acesso à tecnologia.
- **Formação de Professores:** Implementar programas de capacitação contínua para docentes, com foco em metodologias inovadoras e no uso de tecnologias educacionais.
- **Ensino Profissionalizante:** Fortalecer o ensino técnico e profissionalizante para alinhar a educação com as demandas do mercado de trabalho.
- **Inclusão e Equidade:** Desenvolver políticas para a inclusão de alunos com necessidades especiais e para reduzir as desigualdades no acesso à educação.

Segurança Pública

- **Inteligência e Prevenção:** Investir em tecnologia para coleta e análise de dados, permitindo ações preventivas e melhorando a resposta a situações de risco.
- **Policciamento Comunitário:** Estimular uma abordagem de policiamento comunitário para aproximar a polícia das comunidades, aumentando a confiança mútua.
- **Valorização e Treinamento dos Agentes:** Garantir que policiais e agentes de segurança tenham treinamento constante e suporte adequado.
- **Reforma do Sistema Prisional:** Reformar o sistema prisional com foco na reabilitação e na reinserção social de detentos.

Meio Ambiente

- **Conservação e Recuperação:** Promover programas de conservação e recuperação de ecossistemas, com foco em áreas de preservação ambiental.
- **Uso Sustentável dos Recursos:** Adotar políticas que incentivem o uso sustentável de recursos naturais, como água, energia e solo.
- **Educação Ambiental:** Ampliar os programas de educação ambiental nas escolas e nas comunidades, incentivando práticas sustentáveis.
- **Apoio a Tecnologias Verdes:** Apoiar o desenvolvimento e uso de tecnologias sustentáveis em setores como energia, agricultura e transporte.

Inovação

- **Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento:** Destinar recursos para pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, incentivando parcerias entre universidades e empresas.
- **Fomento ao Empreendedorismo:** Criar incentivos e desburocratizar o ambiente para startups e pequenas empresas, favorecendo o ecossistema de inovação.
- **Infraestrutura Tecnológica:** Investir em infraestrutura de comunicação e conectividade, especialmente em áreas rurais e periféricas.
- **Educação em STEM:** Incentivar o ensino de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) nas escolas, preparando os jovens para um mercado de trabalho em transformação.

CAPÍTULO 9

FINAL CONSIDERATIONS

In 2023, the State of Rio Grande do Sul fulfilled all constitutional and legal requirements, with particular emphasis on the minimum allocation of resources for health and education, as well as on expenditure limits for personnel and public debt.

Some general recommendations were made to strengthen its public policies in areas of public accounts, health, education, public security, environment, and innovation.



RESULTS ACHIEVED



Total Revenue

Target*



R\$ 70,33 Billion

Verified



R\$ 81,97 Billion



Total Expenditure

Target*



R\$ 74 Billion

Verified



R\$ 78,3 Billion

Recommendations

Public Accounts

- **Transparency and Control:** Establish easily accessible and understandable transparency portals, allowing the public to monitor public expenditures in real time.
- **Fiscal Responsibility:** Implement a rigorous fiscal responsibility policy to balance revenues and expenditures, avoiding increased debt.
- **Combating Corruption:** Develop programs and monitoring systems to prevent, detect, and penalize corrupt practices.

Health

- **Access and Quality:** Expand basic healthcare coverage, especially in remote and vulnerable areas, by investing in infrastructure and professional training.
- **Health Technology:** Utilize technologies for telemedicine and health data management, reducing costs and broadening access to care.
- **Health Prevention and Promotion:** Invest in prevention campaigns and health promotion programs, such as vaccination, anti-smoking initiatives, healthy eating, and exercise practices.
- **Mental Health:** Increase access to mental health care through specialized programs in prevention and treatment, including in schools and communities.

Education

- **Investment in Infrastructure:** Ensure that schools have quality infrastructure, including libraries, laboratories, and access to technology.
- **Teacher Training:** Implement continuous professional development programs for educators, focusing on innovative methodologies and the use of educational technologies.
- **Vocational Education:** Strengthen technical and vocational education to align learning with labor market demands.
- **Inclusion and Equity:** Develop policies to include students with special needs and to reduce inequalities in access to education.

Public Security

- **Intelligence and Prevention:** Invest in technology for data collection and analysis, enabling preventive actions and improving response to risk situations.
- **Community Policing:** Promote a community policing approach to bring law enforcement closer to communities, fostering mutual trust.
- **Valorization and Training of Officers:** Ensure that police and security officers receive continuous training and adequate support.
- **Prison System Reform:** Reform the prison system with a focus on rehabilitation and social reintegration of inmates.

Environment

- **Conservation and Restoration:** Promote ecosystem conservation and restoration programs, focusing on environmental preservation areas.
- **Sustainable Resource Use:** Adopt policies that encourage the sustainable use of natural resources, such as water, energy, and soil.
- **Environmental Education:** Expand environmental education programs in schools and communities, promoting sustainable practices.
- **Support for Green Technologies:** Support the development and use of sustainable technologies in sectors such as energy, agriculture, and transportation.

Innovation

- **Incentives for Research and Development:** Allocate resources to scientific research and technological development, encouraging partnerships between universities and businesses.
- **Promotion of Entrepreneurship:** Create incentives and reduce bureaucracy for startups and small businesses, supporting the innovation ecosystem.
- **Technological Infrastructure:** Invest in communication and connectivity infrastructure, especially in rural and peripheral areas.
- **STEM Education:** Promote the teaching of Science, Technology, Engineering, and Mathematics (STEM) in schools, preparing youth for a transforming job market.